

SOCIABILIDADE E DESENTENDIMENTO: ASPECTOS LITIGIOSOS E CRIATIVOS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS

Thales Vilela Lelo*

RESUMO: Este ensaio ambiciona uma aproximação das noções de sociabilidade e desentendimento, considerando como ponto nodal para tal empreendimento a asserção de que mesmo as formas aprazíveis de engajamento na vida cotidiana são ordenadas por expectativas sobre o comum e seus sujeitos e sobre os modos pretensamente legítimos de envolvimento no espaço público. Por este viés, pode-se apreender a sociabilidade como um laço em contínuo risco de dissolução, seja em função do cerceamento de outras formas possíveis de habitar o mundo ou ainda pela limitação dos agentes ratificados a tomar parte na relação. Assim, é na dimensão criativa intrínseca ao elo sociável que podem intervir destabilizações aos quadros convencionais - ensejando a legitimação de outras formas de “estar juntos”.

PALAVRAS-CHAVE: Sociabilidade; Desentendimento; Relação; Confiança; Poder.

SOCIABILITY AND STRIFE: LITIGIOUS AND CREATIVE ASPECTS OF SOCIAL INTERACTIONS

ABSTRACT: Current paper analyzes sociability and strife. The core lies in the fact that even pleasurable forms of commitment in daily life are ordained by expectations on the common and its subjects and on the legitimate manners of engagement within the public sphere. Sociability is the link with a constant risk of dissolution due to threats by other possible forms of living in the world or to limits of agents ratified to take part in the relationship. Destabilizations to conventional frameworks may occur within the creative dimension of the sociable link and thus the legitimization of other forms of “being together”.

KEY WORDS: Sociability; Lack of Understanding; Trust; Powers.

* Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha “Processos Comunicativos e Práticas Sociais”. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Integrante do Grupo de Pesquisa “Linguagem, Narrativas e Processos Jornalísticos e Culturais” (CNPq). E-mail: thales.lelo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Pôr em relação palavras como “sociabilidade” e “desentendimento” pode, logo de saída, parecer um tremendo contrassenso teórico. Como seria possível envolver um conceito relativo à soldagem de um “mundo comum” no “estar juntos” com outro que sugere um desacordo entre as partes e sua disposição neste mesmo mundo? Se a conexão entre os termos parece duvidosa em um primeiro olhar, a empreitada de evidenciar a partilha entre eles pode gerar uma dupla necessidade: a primeira de clarear que há um terreno em comum para ambos e a segunda de reanimá-los sob a ótica desta mirada. Exercício que faz premente também uma observação atenta para práticas cotidianas que abrem caminho para esta possível comunhão entre sensibilidades calcadas em troca e confronto, simultaneamente.

Salpicando em meio a uma multiplicidade de eventos diários, um em particular me parece propiciar o ponto de partida desta discussão. Em agosto de 2000, um grupo de moradores de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro se mobilizou para uma ação que, à primeira vista, parecera inofensiva: desfrutar o dia em um grande shopping de elite da Zona Sul da capital carioca. A visita seria composta de ações rotineiras para frequentadores destes espaços: passeio pelas lojas, experimentação de peças de vestuário e lanches na praça de alimentação. Todavia, um elemento diferencial conferiria contornos nitidamente políticos à ação: a convocação, por parte dos envolvidos na visita, da grande imprensa local, que se prontificou a realizar a cobertura do inusitado acontecimento. Sua presença massiva no shopping provou que o comparecimento de tais sujeitos naquele perímetro não era descompromissado. Havia, sim, uma forte intuição sobre o impacto que uma excursão como aquela iria causar na convencional distribuição de corpos na esfera pública.

A ação situada em curso, mesmo que encenada pelos seus artífices, permitiu a irrupção de reações que não eram de todo improváveis, embora, em sua expressão espontânea, clarificassem a restrição imposta por tal partilha de lugares e funções: atendentes de loja inquietos e repulsivos à presença de “favelados” no shopping, seguranças em estado permanente de vigília receando alguma depredação, clientes “batendo em retirada”... Enquanto, de outra ponta, um conjunto de pessoas dirigia

e representava um “estar juntos” que não poderia ser taxado como transgressivo em sua expressão. Eles estavam lá, desempenhando naquele terreno comum, práticas aparentemente convencionais. Mas se não havia interrogações no tocante à conformidade da prática desempenhada com os cânones daquele território, como uma mobilização destas poderia adquirir contornos tão dissonantes ao tacitamente aceito? O que me inquieta, mais que a reverberação midiática desse acontecimento¹, é a maneira peculiar como ele cria uma cena comum para duas formas aparentemente colidentes de experimentar o mundo. Enredadas em uma mesma trama, o simbolismo da sociabilidade de um grupo visa à desestabilização das expectativas ordenadoras.

Não pretendo me deter mais aprofundadamente neste evento em particular. Ele é útil, sobretudo, como propulsor de uma digressão teórica que toma a comunidade de comunicação como instauradora desta intrincada interação entre maneiras lúdicas de estar juntos e situações agonísticas em um contexto de criação do mundo comum. Atendo-me a esta inquietação, pretendo avançar, sobretudo, em eixos que considero essenciais para a discussão. Inicialmente, irei realçar como a encarnação da sociabilidade pode vir a ser problemática em: a) circunstâncias não consonantes com as expectativas normatizadas; b) assumida por sujeitos não reconhecidos como interlocutores dignos de estabelecer laços de confiança. Tomando por base tais considerações, tentarei estreitar a proximidade entre sociabilidade e desentendimento sublinhando o caráter criativo e engajado do “estar juntos” que, na experiência, por vezes descampa uma intervenção política na reorganização do mundo - expondo horizontes fraturados e interlocutores não reconhecidos como artífices legítimos da vida comum.

Apesar dos muitos eixos circunscritos neste ensaio, o texto tem a intenção única de suscitar o debate. Sua forma incipiente se propõe, ainda que de relance, a lançar luzes sob indagações pertinentes na discussão atual. Assim, antes de tudo, é imprescindível fazer a devida referência a alguns autores da Comunicação que trouxeram à baila a relevância do conceito de “sociabilidade” para os estudos da área e aos pensadores apresentados como matriciais para edificação do conceito - destacando seu refinamento e emprego na exploração das práticas comunicativas.

1 Para os interessados, uma sugestão é o documentário “Hiato” (2008), do diretor Vladimir Seixas, que trata o evento em minúcias.

2 A SOCIABILIDADE NO PARADIGMA RELACIONAL DA COMUNICAÇÃO

O ressurgimento do conceito de sociabilidade na pauta de estudos em Comunicação ocorre em um momento paradigmático: no que diz respeito à estruturação de um modelo comunicacional apropriado para apreender as trocas simbólicas que envolvem o tecido social, considera-se que ainda há vestígios de abordagens pouco cientes às particularidades destes intercâmbios. Tal incômodo propiciou a cristalização de uma série de contrastes entre um modelo chamado comumente de “transmissivo” - no qual o fenômeno comunicativo se confunde com as trocas de sinais de dispositivos eletrônicos (modelo este baseado na fórmula linear já canonizada E M R) - e outro, “relacional”, que visa restituir ao seu lugar de direito o processo de interlocução que modela as interações cotidianas em seu caráter circular².

Sem adentrar nas controvérsias que podem ser geradas a partir do engessamento de uma gama complexa de estudos em dois modelos hegemônicos, procuro aqui ressaltar que a questão da sociabilidade emerge em um período no qual se fala, sobretudo, de um “retorno do sujeito” (MATTELART, 2004) e em “sujeitos em comunicação” (FRANÇA, 2006). Assim, a comunicação, analisada enquanto rede simbólica que transcende o domínio das tecnologias da informação (FRANÇA, 2002), solicita a constituição de um olhar eficaz para o diagnóstico das intrincadas teias de envolvimento que se tecem não só na mídia, mas também nos intercâmbios do dia-a-dia.

Sob este pano de fundo, o conceito de sociabilidade é retomado no cenário nacional em textos como os de Michael Hanke (2002), Rousiley Maia (2001) e Vera França (1995) ensejando uma revisão apropriada da segmentação clássica entre polos nas interações humanas, sejam elas procedentes dos ínfimos contatos hodiernos ou mesmo de situações de mediação habilitadas por redes telemáticas. Seu ressurgimento, todavia, não se atém ao fomento de um modelo contra pontual à representação linear da investida transmissiva; indica também um percurso para redimensionar a amarração entre relações sociais e comunicação, - cindida

2 Esta categorização, ainda que de forma implícita, está presente em inúmeros trabalhos da área, emergindo sempre em contraposição às abordagens do modelo informacional. Todavia, possui nomeações distintas e bases teóricas particulares que transitam por correntes de estudo como a Escola de Chicago, o Colégio Invisível de Palo Alto, a etnometodologia, a sociologia do cotidiano ou mesmo pesquisas aportadas na linguística e na filosofia da linguagem.

seja na preconização do social sobre os contatos mundanos ou na sacralização destes contatos como únicas manifestações presumíveis do social – como será pormenorizado adiante.

Para apreender o papel desempenhado pelo conceito de sociabilidade na lapidação do paradigma relacional, é necessário retomar, mesmo que sucintamente, os pensadores que são tratados como pais fundadores do conceito. Um nome comum a todos é o do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), apresentado como um dos primeiros teóricos a tomar efetivamente como foco primeiro de estudo as relações de caráter fragmentado, corriqueiro. Outros dois convocados para a discussão são o austríaco Alfred Schütz (1899-1959) e o francês Michel Maffesoli (1944-). Levando em conta que Schütz só é citado no artigo de Hanke e que em sua obra a questão da sociabilidade não desponta tão precisamente quanto em Simmel e Maffesoli, irei intencionalmente suprimi-lo da discussão me detendo nas outras duas obras³.

A ideia de sociabilidade nasce no ensaio “A Sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal)” (2006), de autoria de Simmel, e será aqui retomado por ser a mola propulsora da discussão. Irei enumerar alguns pontos do texto que foram também reforçados pelos três autores da Comunicação (Hanke, Maia e França):

a) O caráter negocial das formas sociais: No agir cotidiano, os sujeitos estão sempre em relação com outros objetivando finalidades específicas. Na interação, estas intenções vestem determinadas formas já socialmente recorrentes, adquirindo autonomia relativa de conteúdos específicos que a convocaram em uma situação particular. Esta autonomia é relativa já que, embora as formas apontem rumos possíveis para um tipo de engajamento, estão sempre atadas aos seus artífices que a irão encarnar nas ações. Todo este processo, sintetizado na noção de “sociação” (SIMMEL, 2006), representa a estratégia que indivíduos isolados encontram para se envolver

3 Ainda que a contribuição da sociologia de inspiração fenomenológica de Alfred Schütz (1979) não ofereça recursos expressivos a uma exposição abreviada da ideia de sociabilidade (e por também não ser tão referenciada em pesquisas em Comunicação tal qual Georg Simmel e Michel Maffesoli – que examinaram o termo mais detidamente), de forma alguma se deve subentender que com isso proponho que o autor seja descartado do debate. Pelo contrário: suas digressões acerca das províncias da realidade cotidiana, da atitude natural para com elas e o modo como ambas estão entrelaçadas nas experiências únicas com o outro são extremamente esclarecedoras no refinamento teórico do conceito. Fora isso, sua contribuição para linhas de investigação contemporâneas (a exemplo da etnometodologia, da análise da conversação) é irrefutável.

e agir conjuntamente buscando um interesse na vida comum (empenho este que está sempre sob negociação interpessoal)

b) *A irrealidade da sociabilidade*: No progresso de autonomização de conteúdos específicos em direção a formas sociais partilháveis, é imprescindível que, em cada encarnação destas formas, permaneça entre os indivíduos um laço, sentimento ou estima que os assegure acolhidos em um “estar juntos”, “estar sociados”. Esta dimensão afetiva do encontro é inerente às trocas sociais, mas pode, em alguns casos, se verter como a tônica da relação, desprendendo-se das preocupações particulares que agenciavam um grupo de sujeitos. Uma forma peculiar de interação se manifesta. “O ‘impulso de sociabilidade’, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de socialização como valor [...] e constitui assim o que chamamos de ‘sociabilidade’” (SIMMEL, 2006, p. 64). Tratada por Simmel como uma forma lúdica de interação, a sociabilidade é uma elaboração *ad hoc*, observada em ocasiões nas quais os indivíduos se encontram despidos de suas motivações, de seus papéis e de hierarquias convencionais. Por esta razão, a sociabilidade possui uma face de irrealidade, por estar descolada das obrigações que guiam os sujeitos cotidianamente. Mas este descolamento só é possível porque o “estar juntos” se nutre, mais que outras formas de engajamento, das ações em curso motivadas por finalidades claras. Assim, voltando mais uma vez a Simmel, diz-se que “para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre, fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade” (SIMMEL, 2006, p. 80).

c) *Limiares da sociabilidade*: Versada como símbolo da vida, a sociabilidade não é só uma forma descompromissada de envolvimento (jogar conversa fora), mas um jogo que põe em causa à própria realidade em sua seriedade, permitindo formas criativas de ação, experimentação e intervenção nos acontecimentos. Estas potencialidades intrínsecas no “jogar com o social” impõem de partida a obediência a algumas premissas: um abandono, ainda que momentâneo, “do que é inteiramente pessoal e, por outro

lado, do que é inteiramente material” (SIMMEL, 2006, p. 69), ou seja, das formas prévias de sociação encarnadas na resolução de um problema e nas motivações individuais que dizem respeito a um sujeito particular e não a primazia da relação estabelecida. Disto sugere-se outro limiar da sociabilidade, que é o seu enrijecimento e transmutação em vínculos formais estranhos a vida comum. “No momento em que as formas sociais se tornam um fim nelas mesmas, a sociabilidade se desintegra” (SIMMEL apud MAIA, 2001, p. 10).

Para Georg Simmel (1976), a materialização da sociabilidade nas sociedades modernas está sempre em vias de desvanecimento. A expansão das diferenciações sociais introduziu novas formas de desigualdade e assimetrias que dificultam uma ação espontânea e reconhecimento do outro em prol de um individualismo exacerbado e uma atitude *blasé* que mina o “estar juntos” tão caro às interações sociáveis - o enrijecendo em padrões cada vez mais ossificados. Estas inquietações que motivaram Simmel parecem ser o ponto de partida no qual Michel Maffesoli investiu para apreender os laços tecidos na contemporaneidade.

Considerado por pesquisadores, como Juremir Machado da Silva (2004), como um sociólogo da Comunicação, Maffesoli irá tratar a sociabilidade (que ele também chama de socialidade), tangenciando a compreensão de um período no qual a política rígida de Estados da primeira metade do século XX se percebe esfacelada, não oferecendo mais os recursos necessários para a gestão do bem comum. Sua burocratização excessiva a tornou descolada dos elos que acolhem os atores sociais e a política se viu transfigurada: de uma época na qual prometia oferecer as grandes certezas, para outra na qual se tornou sinônimo de ineficiência e negligência com as necessidades afetivas corriqueiras (MAFFESOLI, 2005). Maffesoli (2007), entretanto, percebe que a cidade marcada por ações mecânicas e afastamento dos ambientes de convívio poderia ser a base para a manifestação de “potências subterrâneas” de sociabilidade. O “estar juntos” em Maffesoli aparece então em oposição às formas canonizadas do político, revitalizando a ação conjunta e as formas de estar com o outro pautadas pelo sensível, acenando para as relações de proximidade, as tribos urbanas que preenchem as grandes capitais (MAFFESOLI, 1998) e a criatividade e inovação que se fundem no desejo de desfrutar o presente.

Ensaando um desfecho deste tópico, volto a sua interrogação norteadora: qual o papel desempenhado pelo conceito de sociabilidade na consolidação de um viés relacional da Comunicação? Primeiro, a sociabilidade, se empregada em seu sentido lato, poderia reforçar a importância da interação na constituição de uma vida socialmente partilhada. A sociedade não preexiste à comunicação: ela é constantemente construída nas formas que estão se encarnando em práticas. De outro lado, a sociedade também não se resumiria à interação pontual, já que as formas autonomizadas são recursos para compreensão das relações. O intercâmbio entre estas duas instâncias deve ser analisado por meio de um escopo pragmático, atento às ações que salpicam e aos contextos que as possibilitam. Em segundo, o objeto da Comunicação se reforça como o “ato comunicativo que exprime uma pulsação da vida social” (FRANÇA, 1995, p. 65) e que permite a construção de sentidos. A inserção dos meios tecnológicos se faz sempre em um ambiente comum, colorido pelos vínculos de estima que permitem a “experiência com o outro” (a marca da sociabilidade). Terceiro, a comunicação, vista de uma perspectiva relacional, sugere uma contínua renovação das formas de viver em conjunto - calcadas na reciprocidade do um e do outro que vão para além de objetivos lógico-rationais.

Em síntese: sob um prisma relacional, “o estudo da comunicação é o estudo das relações comunicativas inscritas no terreno da experiência” (FRANÇA, 1995, p. 63).

3 CONVENÇÕES NORMATIVAS E RESTRIÇÕES À INTERLOCUÇÃO

No debate sobre a questão da sociabilidade, um caminho já tracejado por outros autores é destacar que o conceito não é só marcado por uma forma despreocupada de envolvimento, próximo de um jogo sem consequências, mas, sim, por um tipo de engajamento que irriga e afeta outras esferas da existência cotidiana. Sua aparição em encontros sociais, como foi visto na argumentação de Georg Simmel, também não é garantida: a que se observar a negociação contínua acerca de um mundo comum que a ampara e dos modos como os seus sujeitos se encaram (e se edificam) no encontro.

Nesta órbita, o “estar juntos” é fitado como uma tarefa contínua que exige o engajamento dos atores na edificação de um espaço público partilhado. Este espaço não é dado à partida e, como Simmel sublinhou, está sempre beirando a dissolução. Desse modo, as práticas de encontro não emergem despreziosamente nas trocas cotidianas: estão sempre atadas a determinadas expectativas sobre o “mundo comum” que pode se edificar.

Este apontamento implica uma atenção especial para tais expectativas que impõem balizas ao despontamento da sociabilidade em determinadas relações. Não só os objetivos ou finalidades cerceiam o “estar juntos”, mas também hierarquias e valores que perpassam a trama social em suas distintas tonalidades. Por este viés, parece-me necessário abandonar a dicotomia fomentada por Maffesoli entre político institucional x solidariedade diária - que pouco espaço confere às intersecções entre as sensibilidades que interceptam ambas as instâncias e para as próprias manifestações do poder em contatos hodiernos – em prol da preocupação sinalizada por Simmel para os limiares da sociabilidade. Sobretudo, quando Michel Maffesoli fala de ações coletivas calcadas em evidenciar o direito de estar juntos no presente ou mesmo quando toma por base as marcas grupais de tribos urbanas, realça, especialmente, seu papel como desestabilizadoras de uma ordem institucional macro. Assim, discute tais fenômenos sempre os teorizando em contraste a uma política de Estado. Nesta guinada, restringe duramente a política ao institucional e perde de vista que, mesmo naquelas tribos urbanas que compartilham modos de se apresentar no espaço, desacordos podem emergir e desestabilizar uma pretensa solidariedade de base.

Tais desacordos se consolidam em restrições à emergência livre da sociabilidade e se configuram com base nas expectativas que desenham o mundo em esquemas ordenadores. A etnometodologia de Harold Garfinkel (2006) se debruçou especificamente nestas convenções que governam as ações cotidianas - nas quais recursos interpretativos são sempre convocados e revisados à luz de situações que solicitam sua contínua intervenção. Convenções normativas servem para manter a coerência e inteligibilidade em um campo de ação e, mantendo-se em um espectro de idealidade, são referências para a compreensão do contexto e de seu desdobrar (ainda que ele sempre ofereça particularidades que instiguem à oxigenação destas referências). Tais convenções são o que se infere como um mundo objetivo ou

extralinguístico, para aplicar um termo que Francis Jacques (apud SILVA, 2008) qualifica como essencial na edificação da relação).

A manutenção das convenções normativas estabelece uma contínua fonte de recursos cognitivos para futuros conjuntos de ação e permite vislumbrar um quadro interacional segundo um esquema que só adquire um significado enquanto “as pessoas em interação mantêm a presunção de que estão guiadas por uma determinada realidade” (ROMERO, 1991, p. 94). Tal mecanismo foi intitulado como reflexivo por Garfinkel (2006) e pressupõe garantias de que uma circunstância se manterá no seio do familiar, sob o modo “normalizado”.

A sociabilidade pode então ser contemplada como uma forma de agremiação também atrelada a expectativas regularizadas sobre as condições ideais e não problemáticas para seu surgimento em um cenário público. Estas expectativas, aparentemente inofensivas, são apreciadas por Harvey Molotch e Deirdre Boden em diversos casos como uma “terceira face do poder”: “mecanismos para a reificação de certas versões da realidade à custa de outras e que se tornam, portanto, um instrumento de dominação” (apud PAIXÃO, 1986, p. 105).

No estudo empreendido pelos dois pesquisadores acerca dos Interrogatórios do *Congressional Watergate Hearings*, em 1973, foram percebidas restrições na interação dialógica que impediam a provisão de recursos argumentativos para o interlocutor em condição desfavorável. Um trabalho de Aaron Cicourel (apud HERITAGE, 1990, p. 365-366) sobre legislação juvenil chegou a uma conclusão análoga. Nele o autor notou que autoridades competentes associavam, implicitamente, a delinquência juvenil à desintegração do casamento, empregando expectativas com relação a seus interlocutores que não teriam como ser questionadas nas análises por estarem arraigadas a esquemas valorativos normalmente não questionados. Indo da etnometodologia à filosofia política, diria, em consonância com Jacques Rancière, que este processo se consolida porque nos encontramos sempre envolvidos em uma “partilha do sensível”, que “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (2005, p. 16).

Na conceituação do autor, de inspiração foucaultiana, esta partilha se corporifica em uma ordem policial, ativada situacionalmente, que possui como

tarefa o recorte do sensível em um conjunto de processos “pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Nesta linha de pensamento, o homem não se torna um animal simbólico meramente por poder discursar. Sua voz, em alguns casos, pode ser tratada como ruído e o reconhecimento de seu papel como interlocutor pode ser negado. Assim, estar com o outro se torna problemático em tais conjunturas e a assunção do estado de reciprocidade pode gerar um desentendimento sob a ordem esperada dos corpos em relação. Neste movimento ocorre um embotamento dos laços e um reforço de hierarquias pré-estabelecidas que minam a encarnação da sociabilidade e o amadurecimento de um vínculo de confiança com o outro.

Como já foi reforçado, para Georg Simmel o modo como os laços entre os sujeitos são instaurados no decurso de uma ação não se consolida sem entraves. Uma das soleiras da sociabilidade é o reconhecimento, por parte dos engajados em uma ação, de um tipo de reciprocidade que solicita um abandono momentâneo de papéis sociais convencionais em prol do acolhimento da relação sociável em sua emergência. De um ponto de vista comunicacional, Vera França (1995) já havia salientado que, embora toda interação presuma uma relação, nem sempre ela é assumida enquanto tal em seu caráter dialógico.

Nossas relações diárias sempre são conduzidas “na corda bamba”, para empregar um termo procedente de Erving Goffman (2010) - e isso não diz respeito somente ao melhor estilo de administrar uma ação, mas também na maneira como a relação “dá a ver” seus artifícios, orientados por expectativas prévias e em contínuo processo de encarnação enquanto agentes de uma relação com os outros. Nas palavras de Miguel Silva, aludindo à antropologia filosófica de Francis Jacques, “para a pessoa, ser consiste em produzir-se, construir-se e identificar-se pouco a pouco. O ser pessoal não está dado à partida, mas deve ser assumido como uma tarefa” (2008, p. 77).

Guiando-me pelo “primado da relação” de Francis Jacques (1982), posso tratar os sujeitos, nesta situação particular de reciprocidade, como em contínua atividade para se formarem como interlocutores dignos. Como Louis Quéré assegura,

“os membros de uma coletividade se relacionam uns com os outros sobre a base de exigências de validade que eles se impõem mutuamente a honrar, em função de um acordo tácito, sempre submetido à prova de coordenação da ação” (1991, p. 88). Portanto, o “eu” que fala é sempre um alguém em relação a outro em uma situação particular. A palavra e seus significados animam um sujeito virtual edificado no seio de uma prática relacional constitutiva. E cada palavra é proveniente de um universo de discurso que transcende a ocasião em sua transcorrência, apontando para uma realidade extralinguística que está sendo atualizada no devir dos seus agentes. Assim, se a ordem policial atravessa também as pessoas em sua formulação na relação, as intenções encarnadas e publicitadas dos atores nas atividades em fluxo estão construídas também com afinidade às expectativas que tal relação aciona em seu acontecer. O rosto do outro, apelo à reciprocidade, pode não surgir em sua qualidade de parceiro se sua voz for apreendida como ruído ou se sua aparência for analisada com desconfiança.

4 LITÍGIOS EXPOSTOS NO ATO CRIATIVO

Mas se as expectativas normativas e os impedimentos ao florescimento de ligações de estima representam um cerceamento à emergência espontânea da sociabilidade - carregando consigo um valor policial ordenador de restrição ao comum a determinados componentes dele - a conexão mais viva entre sociabilidade e desentendimento desponta quando o direito de “estar juntos” é alvo de um litígio sobre o anseio de partilhar com o outro um momento sociável em uma situação não ratificada nas convenções.

Mesmo a etnometodologia de Harold Garfinkel (2006) já havia atentado para o fato de que os padrões de conduta ideais se apresentam sempre à distância dos atores reais como referências e esquemas de agir desejáveis para o contexto, sendo, em sua materialização, modelados, acomodados ou mesmo estilhaçados segundo as expectativas encarnadas nos atos. Uma ocasião convoca para si um universo, “com os primeiros planos e os horizontes, os estados de coisas e as esperas” (QUÉRE, 1991, p. 80). Este momento de construção do mundo desvela consigo itinerários

possíveis, como Vera França (2003) assinala com base na praxiologia de Louis Quéré. Seu “estatuto transcendental” sugere que “um ato de comunicação não pode se fechar sobre si mesmo, sob pena de se tornar incompreensível: ele é uma realização singular dentro de possibilidades (um repertório de possíveis) que estão colocados para os sujeitos” (FRANÇA, 2003, p. 49).

E se a sociabilidade é alimentada pela realidade das outras formas sociais - permitindo em sua parcial autonomia um ato criativo que embaralha os modos estabelecidos de engajamento na edificação do mundo partilhado - é porque sua presença, em ocasiões em marcha, pode ser mesmo este fator transcendente que rasga horizontes e confunde o regime de distribuição das sensibilidades e dos corpos na experiência, adquirindo uma tonalidade litigiosa que ratifica e revigora o estabelecimento de laços entre os interlocutores.

Em uma cena social colorida por estes matizes, a sociabilidade adquire uma entonação política. Emerge em um terreno na qual não poderia ser admitida, com atores não presumíveis adotando uma conduta dissociativa significativa dentro de um quadro que carregava uma gama de preceitos convencionais para sua consecução ideal. Ancorada nesta pretensa realidade inquestionada, inaugura uma fase de desacordo dentro dela. Assim, a emergência da sociabilidade se torna ela própria um fator de desentendimento. Um conceito trabalhado por Ângela Marques (2011) com base na obra de Jacques Rancière, que muito bem descreve este processo, é o de “horizonte fraturado”. A autora afirma que estes horizontes que passam a ocupar, em contraste, um mesmo espaço na interação, não visam reestabelecer uma coincidência perdida entre semelhantes e dessemelhantes apagando seus intervalos, mas, sim, “buscam revelar que a partilha de um mundo comum é feita, ao mesmo tempo, da tentativa de estabelecer ligações entre universos fraturados e da constante resistência à permanência desses vínculos” (MARQUES, 2011, p. 28).

Sendo a política, em seu sentido amplo, uma reconfiguração do regime de sensibilidades e de distribuição dos corpos no social - uma efemeridade sem lugar próprio – causa dano por um princípio de igualdade que a rege, exigindo a revisão de uma ordem tida como natural e a contagem daqueles que não tinham direito à parcela alguma no espaço. Nos termos de Jacques Rancière,

[...] existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada (1996a, p.40).

A contagem dos “sem parte” em um universo que não os identificava destrava novas subjetivações possíveis em um âmbito da experiência (RANCIÈRE, 1996a, p. 47) Uma reconfiguração desta esfera pública adolece nesta comunidade que surge para o conflito. A experiência age como uma mediação que auxilia a negociação dos sujeitos nos horizontes revelados na ação. O “jogo social” da sociabilidade, calcado no desentendimento, transborda as expectativas que havia acerca da vida cotidiana.

Recordando o evento que instigou a digressão teórica aqui empreendida, pode-se dizer que a ação dos moradores de favelas que adentravam naquele shopping da Zona Sul da capital carioca para afirmar seu simples direito de “estar juntos” se balizava em evidenciar um desacordo com relação às expectativas daquele espaço público aparentemente acessível ao florescimento da sociabilidade. A criatividade da mobilização e o jogo social empreendido com as formas canonizadas servem como veículos que intencionam uma revisão da posição daquelas pessoas não mais como ruídos no espaço, mas como interlocutoras dignas de estabelecer elos de confiança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que um exame mais atento à ideia de sociabilidade foi empreendido, passou a ser possível encará-la como uma forma social complementar aos desentendimentos de ordem política. A sociabilidade, não tomada como um pressuposto, mas como uma atividade que exige o constante reforço dos vínculos de estima por parte de seus membros, é um laço sob o risco permanente de dissolução, fato que já preocupava Georg Simmel em seus estudos das sociedades urbanas que tomavam corpo nas últimas décadas do século XIX e se solidificaram no início do século XX. Sob esta mirada, o terreno de criação de um mundo comum está sempre

atado a expectativas que cerceiam seu aparecimento autônomo conforme os ditames das ordens policiais que se disseminam nas ações situadas em curso. O direito a “estar juntos” não está garantido de início e, exatamente por isso, presume que haja desacordos sobre os lugares nos quais ele é cerceado de se materializar e sobre os seus artifícios costumeiramente aceitáveis.

Por esta razão, a categoria da pessoa é uma contínua construção intrincada às relações estabelecidas e o outro pode ter por vezes seu reconhecimento negado no decurso de uma interação. A consideração de seu papel como interlocutor depende de uma confiança mútua, ligada às perspectivas prévias à aparência que o autor deveria possuir e modo como elas vão se encarnando em uma personalidade que se assume como participante do encontro.

Procurei, por fim, destacar que tais barreiras ao florescimento dos vínculos de sociabilidade são resistências aos atos criativos, mas não impedimentos totais a sua consecução. O “fator transcendental da comunicação”, que abre horizontes dentro de um contexto demarcado, pode ser o veículo no qual o problema da construção de um mundo comum se apresenta como alvo de litígio, sugerindo novas formas de disposições dos corpos insinuadas por ele em meio a ideias pré-concebidas deste mundo. Nesta rede de desentendimentos tecida em ações encarnadas, o elemento criativo imerso no laço sociável circunscrito na experiência aponta para horizontes dentro de um universo de aparências, abrindo campo para as “subjetações políticas” caras à existência cotidiana, como alertara Jacques Rancière (1996a). Laços são criados e desfeitos no efêmero muito embora a ordem policial os “organize” em entidades presumivelmente estáveis. Nestes nós de relação, o “jogo social” ganha corpo quando é possível revirar as aparências estabelecidas e irrigá-las com arranjos inesperados, reverberando na antiga ordem dos corpos. “Mundos comuns” fraturados acenam em uma mesma cena social: um em que interlocutores se encontravam restringidos de constituir parceiros e outro no qual suas próprias ações orientam-se para a revisão deste quadro.

Na consolidação de um paradigma da Comunicação que se pretenda relacional, é importante que estes desencontros não sejam suprimidos da pesquisa em prol de uma análise voltada unicamente para os elos já enraizados na esfera pública. Tais desentendimentos estão intimamente intrincados aos vínculos sociais

que sustentam as práticas comunicativas e possibilitam uma investigação atenta às nuances do sensível que se encarnam nelas. A relação dá a ver seus agentes e sua significação, e a sociabilidade é uma forma de envolvimento baseada em um esforço contínuo. O mundo comum que habitamos é uma ininterrupta reconstrução, que, no seu devir, fratura-se e se desmembra em outros horizontes. Nestes possíveis, outras conexões são adolecidas e revolvem sobre aquele espaço partilhado, ensaiando novos desenhos e colorações do “estar juntos”.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, V. R. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio D.; BRAGA, José L. (Org.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p. 55-66.

FRANÇA, V. R. Do telégrafo à rede: o trabalho dos modelos e a apreensão da comunicação. In: CRÍTICA das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas. São Paulo: Hacker, 2002. p. 57-77.

FRANÇA, V. R. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteira (UNISINOS)**, São Leopoldo, n. 2, p.37-51, 2003.

FRANÇA, V. R. Sujeitos da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. R. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 60-88.

GARFINKEL, H. **Estudios en Etnometodología**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HANKE, M. A Noção de Sociabilidade: Origens e Atualidade. In: FRANÇA, V. et al. (Org.). **Livro do XI Compós: estudos de comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 127-142.

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1990. p. 321-383.

JACQUES, F. **Différence et Subjectivité**. Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1982.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, M. **A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAFFESOLI, M. Tribalismo y hospitalidad. In: LARROSA, J. (Org.). **Entre nosotros: sobre la convivencia entre generaciones**. Barcelona: Fundació Viure i Conviure, 2007. p. 129-135.

MAIA, R. C. Sociabilidade: apenas um conceito? **Textos de Cultura e Comunicação**, Salvador, v. 42, p. 2-43, 2001.

MARQUES, Â. C. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, 2011.

MATTELART, A. M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

PAIXÃO, A. L. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. **Revista Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 93-110, 1986.

QUÉRÉ, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin (mimeo). Do original: "D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique". **Réseaux**, n. 46/47, p. 69-90, 1991.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed 34, 1996a.

RANCIÈRE, J. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A Crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-382, 1996b.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: EXO Experimental, 2005.

ROMERO, J. J. Etnometodologia: una explicación de la construcción social de la realidad. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, v. 56, p. 83-114, 1991.

SILVA, J. M. Interfaces: Michel Maffesoli, teórico da Comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 25, p. 43-48, 2004.

SILVA, M. F. **Pessoa e Comunicação**: o primado da relação na antropologia filosófica de F. Jacques. Covilhã: LuSofia Press, 2008.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 11-25.

SIMMEL, G. A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal). In: SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 59-82

Recebido em: 02 de março de 2013

Aceito em: 23 de outubro de 2013